



## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

## Termo de Referência

## PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 50300.016124/2021-33

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços especializados de geo-rastreamento **Marine Traffic**, para o monitoramento de embarcações da navegação marítima, via internet, visando atender à demanda do projeto Navegue Seguro, conforme condições especificadas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
1	Serviço de assinatura de 12 (doze) meses do software <b>Marine Traffic</b> , para a realização de geo-rastreamento.	Incremento e melhor desempenho das atividades finalísticas da Agência e fomento do desenvolvimento tecnológico e inovação no setor de transporte aquaviário	01 licença	R\$ 3.265,92

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. No exercício das suas funções, a ANTAQ tem por finalidade garantir a movimentação de pessoas e bens como também harmonizar os interesse dos usuários e autorizados, preservando o interesse público (art. 20, II, e art. 27, XXI, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001). Nesse quadro, o geo-rastreamento de embarcações é essencial à atividade regulatória da Agência.

2.2. Em dezembro de 2020, estavam autorizados pela ANTAQ 383 (trezentos e oitenta e três) Empresas Brasileiras de Navegação (EBN). A frota disponível era de 690 (seiscentos e noventa) embarcações.

2.3. Sob a perspectiva externa, na relação da ANTAQ com a sociedade, pontua-se a obrigação da ANTAQ de dispor as informações sob a sua guarda à sociedade. Ela está prevista na Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. De acordo com a LAI, a publicidade e a transparência das informações é a regra e o sigilo é exceção. O art. 8 da LAI prevê a obrigatoriedade dos órgãos divulgarem suas informações, independente de requerimentos feitos pela sociedade. Ressalta-se, contudo, a necessidade de se estruturar as informações disponibilizadas de acordo com a sua relevância e propósito, de maneira agrupada, adequadamente padronizada e apresentada.

2.4. No âmbito do transporte global, diversos países estão desenvolvendo sistemas inteligentes com foco em aumentar a qualidade do serviço oferecido, monitorando horários e rotas em tempo real e reduzindo os tempos de espera, de forma a aumentar a sua lucratividade via otimização da logística.

2.5. Orientada pelo Comitê Europeu de Normalização (CEN), a prática internacional tem adotado padrões para novas tecnologias e práticas de regulação com vista à padronização e interoperabilidade no setor dos transportes de passageiros. O modelo de padronização para base de

dados de transporte público mais utilizado pelo mercado nacional e internacional é o General Transit Feed Specification - GTFS. Ele permite o consumo das informações públicas por aplicativos de planejamento de rotas.

2.6. A aplicação do modelo possibilitará que os serviços de roteirização online, como o Google Maps, incluam o serviço de transporte aquaviário. Ademais, os softwares de roteirização poderão fomentar o desenvolvimento tecnológico e a inovação no transporte aquaviário. As informações, listadas no item 4.2 abaixo combinadas com outras já disponíveis na Antaq, como o sistema Corporativo, SAMA e Mercante, serão de grande utilidade para as tarefas da Antaq.

2.7. Por todo o exposto, tem-se por suficiente a caracterização da necessidade de sistematização das informações do transporte aquaviário numa solução adequada ao seu registro e acompanhamento, com vistas ao melhor desempenho das atividades setoriais da Agência e fomento do desenvolvimento tecnológico e inovação no setor de transporte.

### 3. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3.1. Esta contratação está alinhada ao objetivos estratégico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários já constava do PDTI 2020/2021 e fará parte do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2022/2023 a ser aprovado pela Diretoria Colegiada, além de constar no PAC 2022 e no PGA.

### 4. CRITÉRIOS DE ESCOLHA

4.1. Os serviços mais comuns utilizados são:

- **Marine-Traffic** - <https://www.marinetraffic.com/>
- **Fleet Moon** - <https://www.fleetmon.com/>
- **Vessel Finder** - <https://www.vesselfinder.com/>

4.2. Os serviços identificados são, minimamente, os seguintes:

- View expected arrivals for vessels headed to a given port (chegada da embarcação em determinado porto)
- Historical positions for vessels (histórico da localização das embarcações)
- Origin port, actual time of departure (porto de origem, saída exata da embarcação)
- Route forecast and expected time of arrival at each waypoint (condições climáticas do trajeto e expectativa de chegada da embarcação em determinado destino)
- Destination port and vessel reported expected time of arrival, vessel load condition (porto de destino da embarcação e expectativa de atracação e informações sobre a carga da embarcação)
- Time underway and idle time (tempo do trajeto e tempo ocioso)
- Technical vessel details allowing the identification and validation of specifications on potential clients and candidate vessels, with (informações técnicas das embarcações):
- Basic vessel characteristics (IMO, Gross Tonnage) (características da embarcação)
- Information on vessel ownership, management company details, including country, town, address, email (informações do armador)
- List view of similar vessels (on Vessel Details page) (lista de tipo semelhante)
- Classification society (informações da empresa armadora)
- Type, class (tipo, classe)
- Vessel dimensions and min/max draught (dimensões da embarcação)
- Capacity details in GT, DWT, TEU, CBM
- Build year and launch date (data de fabricação)

- Country (país de origem)
- Shipyard (onde construído)
- Receive updates on the movements of vessel(s) and fleet(s) in areas or ports relevant (receber informações atualizadas sobre o tráfego das embarcações com destino nos portos brasileiros)
- visualise vessels on the Live Map and get an overview of their current status (visualizar as embarcações em tempo real)
- Live Map with vessels (mapas em tempo real com as informações das embarcações)
- Filter Live Map view by vessel: type, status, destination, origin, capacity or load condition (filtros por embarcações)

4.3. Para balizar a seleção do software em contratação, foram elencadas as necessidades da ANTAQ na aquisição do serviço. Diante dessas necessidades, foi realizada uma avaliação a respeito dos serviços ofertados pelos sites citados acima, MarineTraffic, FleetMon e VesselFinder, mundialmente conhecidos no mercado e de grande utilização por parte de diversos portos.

4.4. Diante desta análise, concluiu-se que o Marine Traffic é o mais adequado para a contratação em tela, atendendo plenamente as necessidades da GRN, conforme testes que as demais ferramentas não foram habilitadas a fornecer, conforme despacho SEI 1587439.

4.5. A assinatura do software escolhido, o Marine Traffic, deve apresentar as funcionalidades necessárias para geo-rastreamento. Dentre as diversas funções disponíveis, destacam-se a simplicidade nas necessidades de monitoramento, sendo tais funcionalidades necessárias para a incrementar estudos e análises da navegação marítima nas ações do Projeto Navegue Seguro.

4.6. Além disso, deve ser uma ferramenta mundialmente conhecida, de fácil utilização e aceitação por parte da comunidade aquaviária, utilizando-se do padrão GTFS Realtime, uma especificação de feed que as agências de transporte público podem usar para fornecer atualizações em tempo real das próprias frotas por exemplo a desenvolvedores de aplicativos.

4.7. O acesso pode ser feito através de desktop, navegadores e dispositivos móveis. A ferramenta deve oferecer, ainda, de maneira bastante simples, a interface em máquina local e na nuvem. Tal procedimento facilita o monitoramento de embarcações e análise dos tempos de atracações dos diversos tipos de embarcação.

## 5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

5.1. Trata-se de assinatura de Software como Serviço na nuvem (SaaS) de geo-rastreamento de embarcações via satélite na navegação marítima, não havendo necessidade de instalação em qualquer dispositivo da Antaq, podendo o serviço ser suspenso em caso de insatisfação, apenas pela suspensão do pagamento da assinatura.

## 6. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

6.1. O objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

6.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

6.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

6.4. Pelo valor demonstrado no orçamento comparativo, sugere-se que a aquisição seja feita via **dispensa de licitação**, com base no art. 24, II, da Lei 8.666/1993 e nos valores das modalidades de licitação e limites para dispensa do Decreto 9.412/2018.

## 7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de início se dá a partir do pagamento da assinatura e não há entrega ou instalação de qualquer natureza.

7.2. A assinatura a ser contratada e fornecida é anual, de 12 (doze) meses.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto;
- Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes acerca dos serviços que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;
- Notificar à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução do contrato, solicitando prazo para a sua correção;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Encaminhar à fiscalização do contrato a nota fiscal/fatura relativa ao objeto contratado.

9.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da contratação.

9.5. Reportar ao CONTRATANTE qualquer falha eventualmente identificada propondo soluções tecnicamente adequadas.

9.6. Responder a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

9.7. Em nenhuma hipótese a contratada poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

9.8. É expressamente vedada à CONTRATADA a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.

9.9. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

9.10. A utilização do nome da ANTAQ para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização da Agência;

9.11. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.

## 10. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 11. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra Pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 12. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante da setorial requisitante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 13. **DO PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou a forma que lhe convier.

13.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até

13.3. 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, fatura ou documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100)$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### 14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são irrealizáveis no prazo de um ano, entretanto pode ser variável conforme a taxa cambial por se tratar de fornecedor cujo serviço está hospedado no exterior.

14.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade ou a variação da taxa cambial do período.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo na hipótese de estabelecimento de contrato entre as partes e não somente o empenho referente à assinatura.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento na hipótese do item anterior.

#### 15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada com representante em território nacional que:
- 16.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.4. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 16.6. cometer fraude fiscal;
- 16.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, na hipótese de representante no País, as seguintes sanções:
- 16.8. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 16.9. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado no fornecimento do software, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- 16.10. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, no caso, caracterizada pelo não fornecimento das licenças após 10 (dez) dias úteis do fim do prazo contratual;
- 16.11. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.12. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.13. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 16.14. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.15. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.16. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.17. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.18. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.19. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.20. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.21. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.22. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.23. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.24. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.25. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## 17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 3.265,92 (três mil, duzentos e sessenta e cinco reais, noventa e dois centavos) anuais.**

17.2. O valor já considera impostos, contribuições, seguros e outros custos indiretos.

Brasília-DF, 22 de junho de 2022.

KLEYN GUERREIRO

ANALISTA ADMINISTRATIVO

GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **Kleyn da Silva Guerreiro, Analista Administrativo**, em 24/06/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1645955** e o código CRC **4115B959**.